

Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas¹

José Horta Nunes

Universidade Estadual Paulista – São José do Rio Preto, SP, Brasil

Resumo

Neste artigo, o autor apresenta a maneira pela qual vem configurando, em suas pesquisas, uma articulação entre História das Ideias Linguísticas (HIL) e Análise de Discurso (AD). Em um primeiro momento, aborda o modo como a HIL se historiciza no Brasil, isto é, sob o aporte dos trabalhos de Sylvain Auroux, na França, e sob um desenvolvimento singular, no Brasil, liderado por Eni Orlandi e grupo de pesquisadores, a partir de 1987. Aponta ainda que a HIL, inscrita em uma visão histórica das Ciências da Linguagem, concebe instrumentos linguísticos — gramáticas, dicionários, manuais, normas, etc. — como objetos discursivos. Em seguida, o autor exemplifica o modo de funcionamento da articulação que propõe mediante seus trabalhos, inicialmente, via relatos de viajantes e, mais recentemente, tendo como objeto de análise dicionários. Tal articulação se dá, assim, na medida em que a AD faz com que esses objetos discursivos sejam relacionados as suas condições de produção e, portanto, sejam tomados não como documentos transparentes, mas modos específicos de produzir conhecimento em determinadas conjunturas históricas e que tecem determinados efeitos para os sujeitos, para os sentidos para a história dos saberes. Ademais, esse vínculo AD-HIL joga no entre meio da constituição disciplinar da AD e põe em movimento o político que necessariamente constitui as línguas.

Palavras-chave: Análise de Discurso, História das Ideias Linguísticas, instrumentos linguísticos, dicionários, historicidade.

1 Uma primeira versão deste texto foi apresentada em conferência proferida no **VIII Seminário Corpus: História das Ideias Linguísticas**, realizado dias 27 e 28 de setembro de 2007, promovido pelo Laboratório Corpus/PPGL/UFSM.

Abstract

In this article, the author presents the way by which he has been configuring, in his works, an articulation between History of Linguistic Ideas (HIL) and Discourse Analysis (AD). At first, he addresses about the way HIL has been historicized in Brazil, that is, from Sylvain Auroux works, in France, having a singular development, in Brazil, led by Eni Orlandi and her group of researchers since 1987. He points out that HIL, enrolled in a historical vision of Language Sciences, perceives linguistic instruments — grammars, dictionaries, manuals, norms and etc. — as discursive objects. After that, he exemplifies the functioning of the articulation he proposes through his works, initially, from travelers' stories, and recently, by analyzing dictionaries. Such articulation, thus, happens because AD makes possible that these discursive objects are related to their conditions of production, therefore, being taken not as transparent documents, but as specific ways of producing knowledge regarding historical conjunctures, what takes effects for the subjects, for the senses and for the history of knowledges. Furthermore, this link AD-HIL plays in the intermezzo of the disciplinary constitution of AD and puts in movement the politics that necessarily constitutes the languages.

Keywords: Discourse Analysis, History of Linguistic Ideas, linguistic instruments, dictionaries, historicity.

Para falar sobre o modo como tenho trabalhado em História das Ideias Linguísticas, vou dividir minha exposição em três partes. Na primeira, falarei sobre a perspectiva teórica a partir da qual tenho realizado os trabalhos e que pode ser vista como uma articulação da Análise de Discurso com a História das Ideias Linguísticas. Na segunda, tratarei dos recortes efetuados para o estudo histórico-discursivo de dicionários produzidos ou utilizados no Brasil. Na terceira, efetuarei uma reflexão sobre as consequências das pesquisas realizadas para a política linguística.

Vamos então à primeira parte. O modo como trabalho a História das Ideias Linguísticas está estreitamente relacionado à minha prática em Análise de Discurso. Assim, convém ressaltar desde o início que me considero um analista de discurso que faz história das ideias linguísticas. No Brasil, a História das Ideias Linguísticas teve início por meio de uma colaboração entre a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Paris 7, na França. Em Campinas, um grupo coordenado por Eni Orlandi, no interior de um projeto denominado “Discurso, Significação Brasilidade”, iniciado em 1987 (Orlandi, 2001, p. 7–20), já estudava os discursos sobre a língua no Brasil, considerando diversos materiais, dentre os quais relatos de viajantes e missionários, gramáticas e outros artefatos elaborados

pelos missionários, e também materiais de outra natureza concernentes a outras épocas. Com a cooperação entre a equipe brasileira e a equipe francesa, coordenada por Sylvain Auroux, teve início o Projeto de História das Ideias Linguísticas no Brasil.

Um dos pontos de contato dessa articulação entre a AD e a HIL reside em uma visão histórica da ciência e, particularmente, do que chamamos as “ciências da linguagem” (ver Guimarães & Zoppi-Fontana, 2006). Note-se que tal articulação não se dá ao modo da interdisciplinaridade ou de uma complementaridade. A AD e a HIL têm seus métodos específicos, mas a partir do contato entre esses dois domínios e das questões que um coloca ao outro, temos ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção. A denominação ciências da linguagem, no plural, marca a perspectiva de se considerar os estudos da linguagem na diversidade em que eles se apresentam no tempo e no espaço. “Seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é nosso objeto” (Auroux, 1992, p. 13). As ciências da linguagem surgiram em diversas regiões do planeta, às vezes de modo espontâneo, como na Índia, na China e na Grécia, outras vezes de modo profundamente marcado pelo contato com outras tradições, como ocorreu no caso dos países de colonização, nos quais houve uma *transferência* tecnológica (por exemplo, as descrições das línguas ameríndias com base na gramática latina). Embora a chamada linguística moderna, tal como iniciada pelos comparatistas no século XIX e depois por Saussure no século XX, seja contemplada, ela não é considerada como o ponto de início das ciências da linguagem, que têm uma história bem mais longa e plural. Assim, quando utilizamos o adjetivo linguístico, ele se refere a qualquer saber produzido sobre a linguagem na história.

A definição de ciência da linguagem de S. Auroux é suficientemente ampla para abarcar a diversidade de saberes e seu modo de aparecimento no tempo e no espaço. Segundo esse autor (Auroux, 1992, p. 16-17), o saber metalinguístico pode ser de *natureza especulativa* (representação abstrata) ou *prática*. Neste último caso, trata-se da necessidade de adquirir um domínio como o da *enunciação* (convencer, representar o real, etc.), o das *línguas* (falar ou compreender uma língua) e o da *escrita* (representações escritas, corpo literário, etc.). Esses domínios dão lugar a técnicas (práticas codificadas, regras) e competências (estatutos profissionais). Auroux afirma que, nas discussões sobre a “cientificidade”, a forma especulativa nunca foi suficientemente dominante para ser considerada, na relação com a prática, sob o modo da *aplicação*. O motivo disso, segundo o autor, é que a natureza experimental das ciências da linguagem raramente ultra-

passa a manipulação das formas.

A partir dessa concepção de ciência, todo um horizonte de objetos se apresenta ao analista-historiador, objetos muitas vezes negligenciados por epistemologias que sustentam a chamada linguística moderna. Tomemos o caso das gramáticas e dos dicionários. Na linguística moderna, saussuriana, tais estudos foram considerados como objetos normativos, ou seja, não descritivos e, portanto, não científicos. Da perspectiva da HIL, gramáticas e dicionários são vistos como instrumentos linguísticos e têm sido estudados também como objetos discursivos, conforme os trabalhos de A. Collinot e F. Mazière (1997). O mesmo podemos dizer a respeito das gramáticas, dos manuais, das normas, etc. Como afirma Orlandi (2001, p. 8) ver a gramática e o dicionário como parte da relação com a sociedade e a história “transforma esses instrumentos em objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana”.

Voltemos então ao eixo desta reflexão, que é a articulação entre a AD e a HIL. Qual o lugar da análise de discurso nesse olhar sobre a ciência? Visto que a AD se constitui como um modo de leitura, sustentado por um dispositivo teórico e analítico, que considera a historicidade dos sujeitos e dos sentidos, ela traz uma contribuição considerável para o estudo da história das ideias linguísticas. Tomando as diversas formas de discurso sobre a(s) língua(s) para análise, efetuam-se leituras que remetem esses discursos a suas condições de produção, considerando-se a materialidade linguística na qual eles são produzidos e evitando-se tomá-los como documentos transparentes ou simplesmente como antecessores ou precursores da ciência moderna. Tais discursos atestam, de fato, modos específicos de se produzir conhecimento em determinadas conjunturas históricas.

A visada discursiva faz com que temas comumente abordados na História das Ideias Linguísticas, como *conceitos e teorias, obras, autores, instituições, periodização*, recebam um tratamento específico quando vistos sob a ótica da AD. Tomemos, por exemplo, a questão da *autoria*. Não se trata apenas de identificar o autor empírico e de construir uma biografia que o apresente, mas sim de observar e descrever o funcionamento discursivo da autoria em determinadas circunstâncias. Mostrar, por exemplo, de que modo emerge uma posição de autor de gramática brasileiro (Guimarães & Orlandi, 2001), como essa autoria se modifica em certos momentos, como ela se institucionaliza ou não. Pensemos também na questão da *periodização*. Se a periodização cronológica se faz necessária para localizar em HIL certos fatos e comparar uma tradição linguística com outra, a perspectiva

discursiva não estaciona em seus efeitos. Ela considera também o modo como a temporalidade é construída em cada discurso, como ela funciona por fixação imaginária, por retomadas, por re-atualizações da memória. Assim, por exemplo, o imaginário da pedagogia jesuíta, após ter sofrido forte oposição na segunda metade do século XVIII, retorna, sob outras formas, no final do século XIX, quando se buscou novamente ensinar o tupi como estratégia militar colonizadora: Couto de Magalhães, em *O Selvagem* (Magalhães, 1935), cita os missionários jesuítas como precursores de seu estudo.

Considere-se ainda o objetivo de relacionar, no projeto HIL brasileiro, o saber linguístico à constituição da língua nacional. Com isso, foram considerados diversos materiais que, ao produzirem um conhecimento linguístico, participam também da formação de uma língua nacional em um país de colonização, no qual a língua do colonizador foi imposta. Nesse sentido, em trabalhos mais recentes, tem-se considerado também o que se tem denominado o “processo de descolonização lingüística” (Orlandi, 2007b), no qual se notam mudanças significativas na relação entre o Brasil e a ex-metrópole. Isso se mostra na produção científica, na elaboração dos instrumentos linguísticos, na rede institucional, enfim, em uma série de fatos relacionados que conferem uma nova configuração das relações internacionais, situação essa que coloca novos questionamentos e direcionamentos, como os que se referem à questão das políticas de língua, do multilinguismo externo e interno, da “lusofonia”, das relações entre as diversas tradições linguísticas.

Há então uma produtividade específica quando a AD se posiciona no entremeio com a HIL. Podemos dizer que esse modo de fazer história da ciência tem consequências para a leitura e mesmo para a produção de arquivos relativos às ciências da linguagem. Isso inclui tanto os trabalhos de análise dos textos de arquivo, dos gestos de leitura que deles se depreendem, quanto a proposição de novas formas de escrita do arquivo, sensíveis à historicidade dos sentidos, à pluralidade dos domínios das ciências da linguagem, à espacialidade e à temporalidade do conhecimento, às formas de autoria, aos funcionamentos institucionais, aos acontecimentos, enfim, a tudo aquilo que compreende as condições de produção dos discursos científicos. Esse trabalho com os textos documentais e o arquivo é a base de um projeto que estamos desenvolvendo na UNESP de São José do Rio Preto e que se denomina “Documentação Lingüística: Arquivo, Instrumentação, Divulgação” (Auxílio FAPESP nº 2006/00234-8), dando continuidade aos trabalhos do Programa História das Ideias Linguísticas, sediado na Unicamp.

Visto que o convite para esta conferência, feito por Amanda Scherer,

foi no sentido de falar sobre minha produção na área, vou procurar abordar brevemente alguns recortes realizados em estudos anteriores, para depois tratar mais especificamente do caso dos dicionários.

Minha entrada nos estudos de história das ideias linguísticas se deu primeiramente com o estudo da história do leitor brasileiro, trabalho este relacionado ao projeto “Discurso, Significação, Brasilidade”, já mencionado mais acima. Já se nota aí uma marca da análise de discurso, visto que a questão da leitura se colocava naquele momento como uma questão nodal, como se vê nos trabalhos de E. Orlandi dedicados a esse tema (Orlandi, 1987, 1988, 1996) e nos de Pêcheux (1990). No livro *Discurso e Leitura*, E. Orlandi (1988) colocava a necessidade, para se pensar a leitura, de considerar a “história das leituras” e a “história do sujeito-leitor”. Minha dissertação de mestrado, que depois foi publicada pela editora da Unicamp (Nunes, 1994), tratou da “formação do leitor brasileiro”. O objetivo foi o de mostrar, com base na análise de textos de viajantes e missionários, que desde a Época Colonial tivemos a constituição de uma posição de leitor “nas margens”, procurando pensar aí não somente o leitor virtual (aquele imaginado pelo colonizador), mas também o leitor real (não empírico, mas enquanto posição discursiva depreensível a partir de seus efeitos nos discursos).

Um outro recorte, desta vez no domínio das gramáticas, se deu com o estudo das “partes do discurso” na gramática de Anchieta (Nunes, 1996). A questão das partes do discurso colocava-se de modo geral nos estudos de HIL. O objetivo nesse trabalho foi o de refletir sobre o modo como as categorias latinas eram utilizadas para a descrição do tupi. Dentre os fatos aí tratados, merecem destaque os que se direcionavam para o caráter “aglutinante” das línguas indígenas, já que eles podem ser considerados como descobertas científicas, bem antes das teorizações generalizantes advindas durante o século XIX. Sabe-se que no século XIX estabeleceram-se as tipologias de “língua aglutinante”, “língua de incorporação”, dentre outras nomeações de fatos característicos de algumas línguas indígenas e outras. Nota-se aí uma questão que envolve a autoria do conhecimento linguístico, na passagem da descrição dos fatos, durante a Época Colonial, para os processos de generalização, no século XIX.

Também em relação à gramática de Anchieta, vale mencionar um recorte que visou a analisar o conceito de “letra” nessa gramática, comparando-o com o mesmo conceito em outras gramáticas do século XVI (Nunes, 1993). Notou-se que o modo de conceituar a letra e de propor um alfabeto para o tupi, fato que chamei de “literalização”, era bem diferente do modo como os gramáticos europeus faziam para o português e o cas-

telhano. Como no Brasil não se tratava de fixar uma língua nacional e de delimitar o domínio de “nossas letras” e de “nosso alfabeto”, como acontecia na enunciação desses gramáticos europeus, a teorização da letra foi determinada em Anchieta pelo contexto multilíngue, resultante do encontro entre falantes de diversas procedências. Observe-se que nas descrições, além das pronúncias dos índios, entravam em cena pronúncias dos intérpretes e dos próprios missionários. Como não havia a preocupação com a fixação de uma norma, entrou em cena a formulação latina “usus docebit”, ou seja, o uso ensina. Isso leva a considerar que a descrição feita pelo jesuíta deve ser considerada com o mesmo estatuto de autoria teórica de outros gramáticos do século XVI, como João de Barros, Fernão de Oliveira, Gândavo, porém em sua especificidade, ou seja, aquela que conceitua a letra em um contexto multilíngue, sem o objetivo de propor uma norma estabilizada e com a delimitação de um novo alfabeto, com valores singulares para certas letras.

Após estes trabalhos que marcaram minha entrada nos estudos de HIL, passarei agora ao segundo ponto desta conferência, a saber, os recortes para o estudo histórico-discursivo de dicionários produzidos ou utilizados no Brasil. O desejo de analisar dicionários surgiu em decorrência das análises de relatos de viajantes e missionários. Nesses relatos já se notava a formação de um saber lexical, que se manifestava inicialmente como comentários pontuais. Aparecem nesses discursos, conforme a conceituação de J. Authier-Revuz (1998), certas marcas de *não-coincidência enunciativa* tais como: *x que os índios chamam y*; *x, ou seja, y*; *x que os portugueses nomeiam y*. Enfim, trata-se de um saber que coloca em jogo a transparência da língua e que mostra as discrepâncias entre as palavras e as coisas, entre enunciadores, entre discursos, em um contexto em que se visa a conhecer uma nova realidade e para isso a traduzir ou a interpretar a fala do outro.

Além desses comentários pontuais, vemos também nos relatos a formação de listas de palavras e de verbetes enciclopédicos, reunidos em torno de temas como “os animais do Brasil”, “árvores do Brasil”, “costumes dos habitantes”, “objetos fabricados pelos índios”, etc. O caráter enciclopédico é marcado pelo fato de se falar ao mesmo tempo da língua e do mundo, das palavras e das coisas. A partir disso, surgiu a questão: poderiam então os relatos serem considerados como uma forma de saber lexicográfico? Não seria o caso de ver, então, a “dicionarização” como um longo processo que se inicia com os relatos de viajantes e depois se transfere para os dicionários de língua? A análise se estendeu então para estudar, como diz E. Orlandi (2002, p. 127), a passagem da relação nome-coisa para a relação nome-nome, o que corresponde na lexicografia à passagem do “dicioná-

rio” enciclopédico ao dicionário de língua.

Diante disso, perguntamo-nos: quais foram os primeiros dicionários de língua brasileiros, como eles surgiram, como eles se transformaram? O procedimento que seguiu daí foi o de identificar o aparecimento de dicionários, a começar pelos bilíngues elaborados pelos jesuítas na Época Colonial e retomados na Época Imperial, e depois os monolíngues parciais que apareceram no século XIX (dicionários de regionalismos, dicionários de complemento, dicionários de brasileirismos): foi esse o recorte que resultou em minha tese de doutorado, concluída em 1996, e publicada recentemente com o título de “Dicionários no Brasil: análise e história — do século XVI ao XIX” (Nunes, 2006). Mas não se podia esquecer que o Brasil é um país de colonização e que os dicionários portugueses, como os de R. Bluteau (1712-1728) e de A. de M. Silva (1789), dentre muitos outros, foram “emprestados”, ao mesmo tempo em que se iniciava uma produção local, a começar por A. Coruja (1852) e B. da C. Rubim (1853). Desse modo, a análise se desdobrou em duas direções: a de compreender desde a Época Colonial a constituição de uma produção local e a de considerar a inserção dos dicionários portugueses no território brasileiro e seus efeitos.

Convém mencionar que todos esses questionamentos e recortes surgiram ao mesmo tempo em que a professora F. Mazière, assim como vários outros pesquisadores trazidos por E. Orlandi, realizava seus cursos no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, como atividades do projeto História das Ideias Linguísticas. As discussões com F. Mazière e o contato com seus trabalhos foram decisivos para se levar em conta certos aspectos da história dos dicionários e do modo como analisá-los discursivamente. Em seguida, com a realização de um doutorado-sanduíche na Universidade Paris 7, foi possível trabalhar elementos teóricos e metodológicos para a análise de dicionários, bem como realizar pesquisas em arquivos franceses e portugueses.

Tentando resumir hoje os critérios utilizados para os recortes de análise que se seguiram, proponho aqui falar, tal como fazemos em análise de discurso (Orlandi, 2001, p. 9), sobre a *constituição*, a *formulação* e a *circulação* dos discursos. De modo geral, pode-se dizer que foi montado um dispositivo analítico tendo em vista o estudo dos dicionários (Nunes, 2003). Do ponto de vista da *constituição*, trata-se de considerar a história do discurso lexicográfico, ou seja, ver o processo de dicionarização como um processo que atravessa diversos tipos de discursos e que se transforma na história. O conceito de *interdiscurso* é operado então para se compreender a formação de uma memória lexicográfica, desde os relatos de viajantes com os discursos sobre a natureza e os habitantes até a passagem para

os dicionários bilíngues e monolíngues. Os dicionários se estabelecem no longo prazo e resultam de retomadas, releituras, procedimentos de cópia e atualização. Identificar os trajetos de memória do discurso lexicográfico, realizando um percurso de arquivo, é um dos procedimentos necessários para se compreender essa historicidade. Os dicionários dos jesuítas, por exemplo, assim como os de Coruja (1852) e Rubim (1853) no século XIX, foram retomados em várias publicações dos séculos XIX e XX e servem de fonte até os dias de hoje para as pesquisas lexicográficas, assim como o dicionário de Morais (Silva, 1789) é uma retomada de Bluteau (1712-1728), com cortes e acréscimos.

É interessante observar aí o jogo entre a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva, como modos de relação com o interdiscurso. Há dicionários que apresentam de forma mostrada diversos discursos, como é o caso no século XVI do *Vocabulário na Língua Brasileira* (Ayrosa, 1938), dos jesuítas, no qual vemos no interior dos verbetes as vozes dos falantes índios, dos intérpretes, dos missionários, dos falantes do português, ou o *Vocabulário Português e Latino*, de Bluteau (1712-1728), no qual nos deparamos com as vozes dos “grandes autores” da língua portuguesa, com os dizeres dos antigos e também com citações de autores de diversas nacionalidades. Já no dicionário monolíngue de Moraes (Silva, 1789) é o estudo da heterogeneidade constitutiva que prevalece, pois nele a definição funciona ao modo da evidência e da concisão, sem citação de autores e praticamente sem marcas de heterogeneidade mostrada.

O estudo da constituição dos discursos também permite mostrar como certos domínios vão sendo introduzidos nos dicionários, seja de forma marginal, como temos inicialmente com a marca “termos do Brasil” e com a marcação de *brasilierismo*, seja no que diz respeito a certas tipologias de discurso, como as do *discurso literário*, a do *discurso científico* e a do *discurso jornalístico*, três dentre os domínios mais presentes na história dos dicionários. Por exemplo, o domínio literário custou a surgir: ele aparece de forma local, em apêndices de romances publicados no século XIX, como os de José de Alencar (Alencar, s.d.). E é só no século XX que eles se inserem de forma sistemática nos grandes dicionários. Já o discurso jornalístico não foi dos primeiros a se mostrar, mas ganha destaque a partir do final do século XIX, como se vê no dicionário de M. Soares (Soares, 1888). Mas as marcas mais visíveis nos dicionários até o século XIX são aquelas que remontam aos discursos coloniais: o discurso sobre a natureza e o homem, com o caráter enciclopédico das definições, mesmo quando no interior dos dicionários de língua.

Quanto à *formulação*, os recortes efetuados são aqueles que dizem res-

peito à construção do texto dicionarístico. Primeiramente, são considerados os aparatos introdutórios: prefácios, apresentações, introduções e outros textos de abertura. Os prefácios são tratados como um gênero discursivo. Sua análise permite compreender o modo como o lexicógrafo produz a imagem da língua e do dicionário, bem como a do público leitor. Collinot e Mazière (1997) mostram como esse gênero surge nos séculos XVI e XVII no momento em que se trata de apresentar um instrumento de aprendizagem da própria língua materna, o que não era de modo algum evidente. Na história dos dicionários brasileiros, nota-se nos prefácios, em muitos casos, um certo silêncio autoral: evita-se falar sobre a questão da “língua”, assim como da autoria de um dicionário brasileiro. Isso ocorre, por exemplo, com o *Pequeno Dicionário da Língua Brasileira* (1938), considerado por muitos o primeiro dicionário geral brasileiro, mas no qual há na primeira edição somente a indicação “feito por um grupo de filólogos”. São marcas de um país de colonização, no qual a assunção da autoria às vezes fica apagada.

Após a análise dos textos introdutórios, os recortes seguintes concernem ao corpo do dicionário. Em lexicografia, costuma-se distinguir no texto do dicionário a *macroestrutura* (conjunto de entradas e subentradas) e a *microestrutura* (os domínios que compõem o verbete: marcação gramatical, definição, exemplos, etimologia, dentre outros). A leitura discursiva, ao tomar tais formas textuais para análise, procura compreendê-las não em sua transparência, mas na relação com os discursos que as constituem. Opera-se uma descrição das marcas linguísticas (sintáticas, lexicais, enunciativas) acompanhada de uma remissão às condições de produção dos verbetes e à memória lexicográfica que eles evocam. A macroestrutura não é vista como um conjunto de palavras independentes dos discursos que as sustentam. Por exemplo, é notável nos dicionários jesuítas a presença de termos religiosos que significam a situação de contato na catequese, o que remete ao discurso da conversão. Já no dicionário de Rubim (1853) surpreende a regularidade de termos referentes a plantas, árvores e “tribos” indígenas, o que atualiza os discursos da natureza prodigiosa, que se repetem desde a Época Colonial, e reforça a construção de um passado para as línguas indígenas brasileiras.

Com respeito à microestrutura, as marcações gramaticais não se mostram somente como qualificações das palavras entrada, elas permitem observar a relação do dicionário com o discurso da gramática. O *Vocabulário na Língua Brasileira* (Ayrosa, 1938) é um misto de dicionário e gramática. Os verbetes apresentam reflexões gramaticais muito próximas daquelas que se apresentam na gramática de Anchieta (1990), com uma discursividade

que contrasta a gramática latina à gramática do tupi. Já no século XIX, em um dicionário como a *Chrestomathia da Lingua Brazilica*, de F. França (França, 1859), observamos pistas do modo de enunciação da gramática histórico-comparada, com observações sobre a composição e a origem das palavras.

As definições compõem um domínio muito produtivo para os estudos discursivos. Collinot e Mazière (1997) fazem um estudo minucioso do enunciado definidor. Eles mostram que a variação das formas sintáticas significa e produz diferentes efeitos discursivos. Explicita-se, por exemplo, que certas definições produzem um efeito de naturalidade, por não introduzirem na cena definidora um sujeito atuante (como em “X que serve para Y”), enquanto outras produzem um efeito de sociedade por incluírem sujeitos na cena enunciativa (como “X que os índios usam para Y”). O estudo da distribuição de tais formas no corpus, associado ao dos discursos em circulação, levam a uma compreensão do dicionário baseada ao mesmo tempo em sua materialidade linguística e nas formações discursivas presentes em uma conjuntura. Assim, o dicionário de Rubim (1853) é marcado pela presença frequente de definições de tipo natural, que reforçam a imagem de um mundo naturalizado, enquanto outros, como o de Morais (Silva, 1789), estão permeados de definições de sociedade. Neste último se apresenta, como marca do contexto do Iluminismo, o sujeito responsável por seus atos e que transforma a natureza. Em um estudo sobre a definição (Nunes, 2003), procuramos desenvolver um dispositivo de análise que leve em conta os conceitos discursivos e os procedimentos de leitura de arquivo, na esteira dos trabalhos de Collinot e Mazière (1997) e frente aos resultados das análises que empreendemos de dicionários brasileiros.

Os exemplos, quando introduzidos no dicionário, são talvez a marca mais visível de sua ideologia. Eles variam muito em sua forma discursiva: podem se apresentar como uma reflexão sobre o modo de significar no diálogo da conversão, entre os jesuítas, como uma forma modelar nos exemplos de autoridades literárias de Bluteau (1712-1728) ou como representação da voz de um “povo”, como nos dicionários de brasileirismos de final do século XIX. Nestes, as marcas do discurso filiado à escravidão e a uma visão depreciativa de certas camadas sociais são frequentes. No decorrer da história, é interessante notar também que é relativamente recente o lexicógrafo se colocar como autor dos exemplos. No início, são as autoridades literárias que falam, ou a voz de uma elite ou da ciência. Os dicionários com exemplos didáticos elaborados pelo lexicógrafo, como vemos, por exemplo, em Ferreira (1975), estão mais presentes no Brasil do século XX, com a popularização da lexicografia.

O recorte do domínio da etimologia indica transformações discursivas importantes. Os dicionários jesuítas, diante da falta de materiais escritos históricos, não desenvolvem estudos etimológicos. Já em um dicionário de G. Dias (1858), elaborado no contexto de predomínio da gramática comparada, nota-se no interior dos verbetes um trabalho etimológico singular, que busca efetuar o percurso das significações da língua dos “antepassados” indígenas até sua introdução no português brasileiro. Explicitam-se, por exemplo, a significação de afixos e de seu funcionamento na formação e na transformação das palavras. O domínio da etimologia constituirá uma parte fundamental dos dicionários de brasileirismos do final do século XIX, que fazem coexistir as significações atuais e as significações históricas, de forma a se legitimarem as “influências” históricas das línguas indígenas e africanas. Mas esse domínio será isolado no século XX, de um lado, devido ao aparecimento dos dicionários etimológicos, como o de Nascentes (1932); de outro, pelo recuo da gramática histórica e o avanço das discursividades da língua em uso.

O último tipo de recorte para o estudo dos dicionários diz respeito à *circulação* do discurso lexicográfico. A seleção de uma ou outra obra para análise envolve como uma de suas dimensões seu modo de circulação. A perspectiva discursiva, ao trabalhar com a espacialidade e a temporalidade do discurso, faz com que a circulação dos dicionários não se limite ao espaço físico e ao tempo cronológico nem a uma única forma material. Pensemos no caso do *Vocabulário na Língua Brasileira* (Ayrosa, 1938). Esse dicionário inicialmente circulou de forma manuscrita entre os missionários. Mas quando o pesquisador de hoje tem acesso a essa obra, geralmente ele se dá por uma edição impressa. Foi o que aconteceu durante a feitura de minhas pesquisas. A edição que me chegou às mãos foi a de P. Ayrosa (1938), edição esta que apresenta a transcrição de um dos manuscritos do VLB e uma introdução crítica. Depois, me deparei com a edição de C. Drummond (1952), que se baseava em um outro manuscrito. Fiquei sabendo também que havia uma série de outros manuscritos. Enfim, percebi que havia vários gestos de leitura e que não se teria um “texto original”, mas sim várias versões e leituras críticas produzidas na história. Diante disso, o posicionamento tomado foi o de se ater ao método da análise de discurso, qual seja, o de partir da materialidade linguística para se chegar aos objetos e aos processos discursivos. Foram então incorporados como materiais de análise os textos que interpretavam os dicionários jesuítas, particularmente aqueles produzidos a partir da criação da cadeira de tupi-guarani na Universidade de São Paulo, na década de 1930. Os contatos com o professor Erasmo Magalhães permitiram obter estudos sobre o VLB,

sobre seu modo de produção e sobre sua controversa autoria. Isso mostra que o percurso do analista de discurso, quando segue de perto as pistas da materialidade textual, leva a diferentes espaços e tempos, e que ao enxergarmos os materiais históricos com as lentes de estudos que também se deram na história, estamos envolvidos nessa grande trama de sentidos em que se apresentam diferentes imaginários do objeto de saber.

Além de estarmos atentos às edições e reedições dos textos, gostaríamos de mencionar também, quanto ao modo de circulação do saber lexicográfico, o estudo das instituições e de seu papel na distribuição dos textos e dos sentidos. Instituições como a Companhia de Jesus, o Instituto Histórico e Geográfico e a Academia Brasileira de Letras tiveram um papel importante na produção e divulgação de dicionários, para produzir respectivamente uma imagem da situação de conversão, de uma história do Brasil ancorada em um passado linguístico e de uma institucionalização da língua nacional. Considere-se, por exemplo, o chamado da Academia Brasileira de Letras para a produção de um grande dicionário de brasileirismos, objetivo colocado desde o momento de sua fundação. Embora esse grande dicionário não tenha sido finalizado, muitas foram as produções de listas de brasileirismos e de pequenos léxicos e dicionários. Um outro recorte, por exemplo, é o que se pode fazer a partir da criação do Ministério da Educação, em 1930, quando se incentivou a produção e a divulgação de dicionários para um público mais amplo e para o contexto escolar, como ocorreu com as várias edições do dicionário de Silveira Bueno (1955).

Diremos para encerrar esta segunda parte que essa abordagem do dicionário leva a compreender melhor o modo como ele significa em certas conjunturas. Os estudos metalexigráficos se apresentavam no mais das vezes em textos introdutórios aos próprios dicionários, ou em monografias esparsas. Mais recentemente, tem havido uma renovação desses estudos e a perspectiva discursiva está dentre aquelas que têm trazido grandes contribuições e inovações teóricas e metodológicas. Além disso, E. Orlandi (2002b), ao realizar alguns estudos de verbetes de dicionários, fala em uma “lexicografia discursiva”, o que abre perspectiva para se pensar em uma lexicografia afetada pela teoria dos discurso. Nesse sentido, procurei em um outro texto fazer uma reflexão sobre a lexicologia e a lexicografia no entremeio com a Análise de Discurso (Nunes, 2006), entremeio esse no qual ainda há muito a se trabalhar.

Passemos, finalmente, à terceira e última parte de minha fala., em que efetuei uma reflexão sobre as consequências das pesquisas realizadas para a política das línguas. De acordo com E. Orlandi (Orlandi, 2007), “quando falamos de Política Lingüística enquanto Política de Línguas,

damos à língua um sentido político necessário. Ou seja, não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político”. Além disso, as próprias teorias linguísticas não estão fora do político, embora em alguns casos elas neguem a política. Assim, ao fazer história das ideias linguísticas, estamos lidando com diferentes formas de política linguística que se apresentam nas teorias, nos instrumentos linguísticos, nas instituições, nas formas de autoria. Podemos perceber, por exemplo, que os instrumentos linguísticos produzidos pelos missionários jesuítas funcionaram como instrumentos da política colonizadora; que a expulsão dos jesuítas e as modificações daí advindas estão às voltas com um projeto iluminista de mudança do Estado com consequências diretas para as pedagogias das línguas; que instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro funcionaram de modo a produzir um passado histórico e uma identidade para o brasileiro, o que se mostrava no modo de produzir conhecimento sobre a língua.

Os instrumentos linguísticos constroem uma unidade para a língua: seja a língua utilizada na catequese e colonização, o tupi romantizado do século XIX ou a língua nacional. A produção dessa unidade não é jamais neutra, ela é condicionada pelo funcionamento da representação linguística, que é também uma representação política. Toma-se o dicionário como algo que representa imaginariamente a língua para os falantes. Ademais, no interior mesmo dos instrumentos linguísticos nos confrontamos com as representações desses falantes, e isso de diferentes modos: a imagem das autoridades literárias, das falas cotidianas, da ciência, do jornalismo, da história.

Conhecer essas diferentes formas de saber linguístico na história conduz a se posicionar criticamente diante das produções atuais. Tal posicionamento pode ser considerado, a meu ver, ao menos em três instâncias (Nunes, 2007): a) um posicionamento diante das ciências da linguagem, que procura mostrar o modo como o político e o histórico estão ou não presentes nas teorias e de que modo; b) um posicionamento diante da produção dos instrumentos linguísticos, com a análise e a crítica das obras recentemente publicadas, considerando-se a memória do saber linguístico; nesse sentido, cabe também a proposição de novos procedimentos de fabricação desses instrumentos, bem como o desenvolvimento de projetos compatíveis com esses procedimentos; c) um posicionamento junto à “opinião pública”, com a produção de materiais de divulgação e a realização de fóruns de discussão sobre os conhecimentos linguísticos.

Para finalizar, gostaria de retomar o sentido da articulação entre a AD e a História das Ideias Linguísticas. Para isso evoco a fala de Pêcheux e

Fuchs (1990) que, ao realizarem uma atualização da Análise Automática de Discurso, afirmam que esse empreendimento reside na articulação de três regiões de conhecimento: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso, sendo que essas três regiões são atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Isso mostra a concepção de que o campo de “uma” ciência não é um espaço homogêneo, mas sim constituído a partir de diferentes discursos. O entremeio assim colocado não é um “em meio a tudo ou a qualquer coisa”, ele tem uma história e resulta de um longo e contínuo trabalho acadêmico de configuração e de reconfiguração das fronteiras dos conhecimentos, trabalho esse que se debruça inclusive sobre as contradições entre os diferentes domínios de saber. Dentre essas fronteiras, aquela estabelecida entre a AD e a História das Ideias Linguísticas tem sido sem dúvidas uma das mais produtivas e tem possibilitado um retorno substancial para a teoria do discurso, bem como deslocamentos em outras ciências da linguagem. De minha parte, por trabalhar com a história dos dicionários, além das discussões no interior do grupo de HIL, o contato com lexicólogos, lexicógrafos e terminógrafos tem resultado em questionamentos e reflexões sobre a questão do dicionário, bem como sobre a palavra e sua relação com o discurso.

Mas embora o dicionário tenha sido meu material de análise mais frequentado, sabe-se que uma vez atingidos os processos discursivos, o analista prescinde dos textos que serviram de base para a análise. Talvez seja essa uma das maiores satisfações do analista: a de retornar ao seu silêncio constitutivo fazendo do texto discurso e compreendo um pouco mais da relação entre sujeito, língua e história, incluída nesta última a história das ciências da linguagem.

*...análise de
discurso com
a história
das ideias
linguísticas*

121

Recebido em dezembro de 2008 / Aceito em maio de 2009

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, J. de. **Diva – Perfil de Mulher**. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

ANCHIETA, J. de. **Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

José
Horta
Nunes

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas – As não-coincidências do dizer**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

AYROSA, P. **Vocabulário na Língua Brasileira**. Vol. 20. São Paulo: Coleção Departamento de Cultura, 1938.

BLUTEAU, R. **Vocabulário Portuguez e Latino**. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

BUENO, F. da S. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Departamento Nacional de Educação, 1955.

COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. **Un prêt-à-parler: le dictionnaire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

CORUJA, A. Á. P. Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1852.

DIAS, G. **Dicionário da língua tupi chamada língua geral dos indígenas do Brasil**. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1858.

DRUMOND, C. **Vocabulário na Língua Brasileira**. São Paulo: Universidade de São Paulo/Etnografia e língua tupi-guarani nº 23 26, 1952.

FRANÇA, E. F. **Chrestomathia da Lingua Brazilica**. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1859.

GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. **Introdução às Ciências da**

Linguagem: a palavra e a frase. Campinas: Pontes, 2006.

MAGALHÃES, C. de. **O Selvagem**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

NASCENTES, A. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, Livraria Machado, Livraria J. Leite, Livraria Briguiet, A Indústria do Livro, 1932.

NUNES, J. H. Processus de litteralisation dans la Arte de Jose de Anchieta. **Histoire Epistémologie Langage**. 69-95, 1993.

_____. **Formação do leitor brasileiro:** imaginário da leitura na Época Colonial. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

_____. A gramática de Anchieta e as partes do discurso. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. **Língua e cidadania:** o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996, 139-150.

_____. Definição lexicográfica e discurso. **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**. Campinas, v. 11, n. 11, p. 09-30, 2003.

_____. Lexicologia e Lexicografia. In: GUIMARÃES, E; ZOPPI-FONTANA, M. **Introdução às Ciências da Linguagem:** a palavra e a frase. Campinas: Pontes, 2006, 147-172.

_____. Um espaço ético para pensar os instrumentos lingüísticos: o caso do dicionário. In: ORLANDI, E. **Política Lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007, 163-181.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento** – as formas do discurso. 2.ed. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Discurso e leitura**. Campinas-São Paulo: Editora da Unicamp-Cortez, 1988.

_____. **Discurso e texto** – Formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **História das Idéias Lingüísticas**. Campinas-Cáceres: Pontes-Unemat, 2001.

...análise de discurso com a história das idéias lingüísticas

123

_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico:** para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Lexicografia Discursiva. In: ORLANDI, E. **Língua e conhecimento lingüístico** — para uma história das idéias no Brasil. 101-119. São Paulo: Cortez, 2002b, 101-119.

José
Horta
Nunes

124

_____. **Política Lingüística no Brasil.** Campinas: Pontes, 2007.

_____. **Processo de descolonização lingüística e “Lusofonia”.** Campinas: Inédito, 2007b.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990, 61-161.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. **Gestos de Leitura** – da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, 55-64.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990, 163-252.

RUBIM, B. da C. **Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Tipografia Dois de Dezembro, 1853.

SILVA, A. de M. **Diccionario da Lingua Portuguesa.** Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SOARES, A. J. de M. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1888